



ACÓRDÃO Nº 603/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11430/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – SEMEF.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sr. Ulisses Tapajós Neto, Secretário Municipal da SEMEF.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2553/2017-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.2673/2677).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – SEMEF. Exercício de 2015.

*Regularidade com Ressalvas. Quitação.
Determinação. Notificação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas**, alicerçado no art. 22, II, da Lei n.º 2.423/96, a Prestação de Contas do Sr. Ulisses Tapajós Neto, responsável pela Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – SEMEF, exercício 2015;
- 10.2. **Dar quitação** ao Sr. Secretário da SEMEF, Dr. Ulisses Tapajós Neto consoante permissividade contida na redação do art. 24 da Lei n.º 2.423/96;
- 10.3. **Determinar** ao Exmo. Sr. Secretário da SEMEF, Dr. Ulisses Tapajós Neto, que cumpra as determinações consignadas na Fundamentação da Proposta de Voto, em especial a suspensão do pagamento, caso ainda não tenha sido feito, da gratificação técnica de controle, visto que o dispositivo legal (art. 11 da Lei Municipal n.º 1.522/2010) que a amparava



ACÓRDÃO Nº 603/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

teve sua inconstitucionalidade reconhecida, em sede de controle difuso, por parte deste Tribunal de Contas do Estado do Amazonas ao apreciar os autos n.º 2384/2013;

10.4. Notificar o Exmo. Sr. Secretário da SEMEF, Dr. Ulisses Tapajós Neto, sobre o desfecho atribuído a estes autos;

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Junho de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral